

O ceticismo sob suspeita



Plínio Junqueira Smith



ASSOCIAÇÃO FILOSÓFICA SCIENTIÆ STUDIA

São Paulo, 2022

ASSOCIAÇÃO FILOSÓFICA SCIENTIÆ STUDIA

DIRETORIA EDITORIAL

Pablo Rubén Mariconda (USP-Br)

VICE-DIRETORIA EDITORIAL

Plínio Junqueira Smith (Unifesp-Br)

Sylvia Gemignani Garcia (USP-Br)

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Augusto Passos Videira (UFRJ-Br)

Eduardo Alejandro Barrio (UBA-Ar)

Eleonora Orlando (UBA-Ar)

Gustavo Andrés Caponi (UFSC-Br)

Hugh Lacey (Swarthmore College-EUA)

Ivan Domingues (UFMG-Br)

Jelson Oliveira (PUCPR-Br)

João Príncipe (UE-Pt)

Jose Diez (UB-Esp)

José Luís Garcia (UL-Pt)

Leopoldo Waizbort (USP-Br)

Luciana Zaterka (UFABC-Br)

Marco Antonio de Ávila Zingano (USP-Br)

Marcos Barbosa de Oliveira (USP-Br)

Maria Cecília Leonel Gomes dos Reis (UFABC-Br)

Olival Freire (UFBA-Br)

Oswaldo Pessoa Junior (USP-Br)

Pablo Lorenzano (UNQ-Ar)

Patrícia Kauark (UFMG-Br)

Paulo Faria (UFRS-Br)

Roberto Bolzani Filho (USP-Br)

Silvia Alejandra Manzo (UNLP-Ar)

Silvio Seno Chibeni (Unicamp-Br)

Vicente Sanfélix-Vidarte (UV-Esp)

www.scientiaestudia.org.br/editora

Copyright © Associação Filosófica Scientiæ Studia, 2022

Projeto editorial: ASSOCIAÇÃO FILOSÓFICA SCIENTIAE STUDIA

Direção editorial: Pablo Rubén Mariconda

Design editorial e Capa: Leticia Freire

Revisão: Pablo Rubén Mariconda

Esta capa foi criada usando como referência principal o desenho *Uilen op een tak* (Corujas em um galho), do litógrafo, ilustrador e designer gráfico holandês Theodorus van Hoytema, 1873 - 1917, conhecido por seus trabalhos sobre pássaros. Obra em Domínio Público. Disponível para download por meio do link <http://hdl.handle.net/10934/RM0001.COLLECT.248039>, a partir do Museu Nacional da Holanda, Rijksmuseum.

Coleção Epistemologia e Filosofia Analítica

EDITORES: Edelcio Gonçalves de Souza

Plínio Junqueira Smith

Renato Kinouchi

Waldomiro José da Silva Filho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Smith, Plínio Junqueira
O ceticismo sob suspeita / Plínio Junqueira Smith.
-- São Paulo, SP : Scientiæ Studia, 2022. --
(Coleção epistemologia e filosofia analítica)

ISBN 978-65-86595-05-5

1. Ceticismo 2. Epistemologia 3. Filosofia
I. Título. II. Série.

22-104307

CDD-149.73

Índices para catálogo sistemático:

1. Ceticismo : Filosofia 149.73

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380



Associação Filosófica *Scientiæ Studia*

Rua Doutor Cícero de Alencar, 131

05580-080 – São Paulo, SP

www.scientiaestudia.org.br

} Sumário

PREFÁCIO . 9

INTRODUÇÃO . 15

CAPÍTULO 1 RAZÃO, INVULNERABILIDADE E CETICISMO . 33

1.1 Introdução . 33

1.2 O que são argumentos transcendentais? A estratégia forte . 35

1.3 A estratégia modesta dos argumentos transcendentais . 41

1.4 Exame preliminar da estratégia modesta . 47

1.5 As críticas de Stern e Hookway a Stroud . 51

1.6 Exame da crítica de Brückner . 55

1.7 Realidade sem realismo . 62

CAPÍTULO 2 VERDADE, ONTOLOGIA, DEFLACIONISMO . 69

2.1 O ceticismo contemporâneo e a questão da verdade . 69

2.2 O deflacionismo e a correspondência trivial . 71

2.3 O realismo fenomênico como relativismo e como idealismo . 87

2.4 Uma ontologia deflacionista . 101

CAPÍTULO 3 DAVIDSON, EXTERNISMO E CETICISMO . 115

3.1 Introdução . 115

3.2 O pressuposto do internismo e as vantagens de recusá-lo . 117

3.3 A versão davidsoniana do argumento transcendental . 122

3.4 Exame da solução de Davidson . 129

CAPÍTULO 4 HESITAÇÕES FILOSÓFICAS . 139

4.1 Introdução . 139

4.2 Um começo: o externismo . 146

4.3 Dúvidas sobre o externismo . 151

4.4 Dúvidas sobre o naturalismo . 156

4.5 Conclusão . 159

CAPÍTULO 5 AS NOVAS EPISTEMOLOGIAS: EXTERNISMO E CONTEXTUALISMO • 165

5.1 Das práticas cotidianas à definição tripartida de conhecimento • 165

5.2 O fracasso do projeto epistemológico tradicional • 167

5.3 Externismo: processos confiáveis de produção de crenças • 176

5.4 Contexto filosófico e alternativas relevantes • 186

5.5 As novas epistemologias como formas de ceticismo • 193

CAPÍTULO 6 DÚVIDAS E SUSPEITAS SOBRE “DÚVIDAS E SUSPEITAS” • 197

6.1 Introdução • 197

6.2 A descrição da linguagem ordinária estabelece uma tese filosófica? • 198

6.3 Linguagem ordinária, imprecisão e vagueza • 206

6.4 Dúvida razoável • 219

6.5 Duvidar e questionar • 226

CAPÍTULO 7 SIGNIFICADO: REFERÊNCIA E REGRAS • 229

7.1 O ceticismo semântico • 229

7.2 Críticas ao ceticismo semântico científico • 231

7.3 Nem todo ceticismo semântico é behaviorista • 241

7.4 A crítica ao ceticismo semântico de Kripkenstein • 244

7.5 Crítica da crítica • 248

7.6 Ceticismo e interpretacionismo • 260

CAPÍTULO 8 CETICISMO DOGMÁTICO E DOGMATISMO SEM DOGMAS • 269

8.1 A ideia de uma crítica ao ceticismo • 269

8.2 “Pôr o real” e “pôr-se a si mesma”: dois sentidos para o conflito das filosofias • 276

8.3 As exigências necessárias, ou condições mínimas, de um discurso filosófico • 288

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS • 305

ÍNDICE DE TERMOS • 313

ÍNDICE DE NOMES • 315

A mis amigos Edu, Eleo, Fede, Vero y Sami

“Nossa mente se fortifica pela comunicação
com mentes vigorosas e regradas.”

Montaigne, E, III, 8, p. 922/206.

PREFÁCIO

Este livro reúne artigos que tratam sobretudo, embora não exclusivamente, de questões e propostas epistemológicas contemporâneas. Todos foram escritos na primeira década do século XXI, quando eu era professor e coordenador do Programa de Pós-graduação da Universidade São Judas Tadeu. Essa unidade temporal, entre meu primeiro emprego na Universidade Federal do Paraná e o atual na Universidade Federal de São Paulo, poderia sugerir que esses artigos são uma etapa de transição entre o ceticismo exposto em meu primeiro livro (Smith, 2005) e o neopirronismo defendido em meu último livro (Smith, 2020a). Mas seria injusto, a meu ver, tratá-los assim, porque o livro, como um todo, propõe uma concepção unificada e abrangente do ceticismo. O que este livro tem de específico são as maneiras pela quais desenvolvo um pensamento cético.

Não pretendo desenvolver uma forma de ceticismo de maneira autônoma, por assim dizer, mas por meio de um exame de críticas que lhe foram endereçadas. De fato, o ceticismo sofreu poderosas críticas de muitos filósofos analíticos e minha intenção é defender uma posição cética contra essas críticas. Esse exame permite discutir não somente diversos tópicos relevantes da epistemologia contemporânea, mas também da metafísica, da filosofia da linguagem, do método filosófico e da própria concepção de filosofia. Os capítulos deste livro passam em revista tópicos como os argumentos transcendentais, a definição de verdade, o externismo, qual o começo e o método da filosofia, quais as características do discurso cético e filosófico. Sucessivamente, investigo se os argumentos transcendentais revelariam uma inconsistência

na posição cética; se um cético, ao defender uma doutrina correspondencialista da verdade, abandonaria seu ceticismo; se a tese davidsoniana de que a crença é em sua natureza verídica demole o ceticismo; se o externismo e o contextualismo evitam e respondem ao ceticismo; se a dúvida cética é razoável; se o ceticismo sobre o significado é aceitável; se o discurso cético tem pressupostos dogmáticos. O propósito deste livro é mostrar que o ceticismo resiste a todos esses ataques que foram recentemente desferidos contra ele.

O livro, porém, não é meramente negativo, como se bastasse afastar essas críticas dogmáticas. Esboça-se nele, com clareza, uma determinada concepção do conhecimento. Se tiver em mente a definição tripartida do conhecimento, segundo a qual conhecimento é crença verdadeira justificada, o leitor perceberá que a maioria dos artigos discute essas três condições do conhecimento, apresentando uma concepção cética. É fundamental notar que essa concepção cética que surge ao longo dos capítulos deste livro não é aquela que está presente no ceticismo que as epistemologias recentes têm como alvo. Ao contrário, o ceticismo que resiste a essas críticas é muito diferente, por exemplo, do assim chamado ceticismo cartesiano. Este não passava de um instrumento nas mãos de Descartes, um filósofo dogmático. Aqui, trata-se de inverter esse procedimento: o dogmatismo é um instrumento nas mãos do cético e as teorias analíticas do conhecimento prestarão auxílio para elaborar uma posição cética. De alguma maneira, examinar essas epistemologias recentes e suas críticas ao ceticismo permite formular outra forma de ceticismo, mais forte e mais resistente, a saber, uma forma de ceticismo que não somente é compatível com essas epistemologias recentes, mas pode até incorporar muitos dos seus avanços (Fogelin, 2004; Porchat, 2007, p. 268-9). Em particular, é

um ceticismo que dá boas vindas às novas questões epistemológicas e às novas maneiras de investigá-las, ainda que não entre nelas, nem tente respondê-las. Uma das principais ideias deste livro é sugerir que o ceticismo está alinhado com a reformulação dos problemas filosóficos e com o espírito das novas epistemologias.

A maioria dos capítulos discute textos de filósofos brasileiros e latinos, muitos dos quais são ou foram amigos meus. No período em que foram escritos, eu estava muito empenhado em dar continuidade às atividades do grupo brasileiro de estudos céticos e em criar um grupo latino de discussões filosóficas. Até onde posso ver, é raro entre nós um livro de reflexão pessoal que debate as ideias de diversos filósofos brasileiros e latinos, como é o caso deste livro. Justamente por dialogar com esses filósofos, este livro pode despertar a curiosidade do leitor e fomentar uma atitude similar. Talvez essa maneira de filosofar possa levar o leitor interessado, não somente em estudar autores que dificilmente nos responderão, mas sobretudo em debater com reciprocidade ideias atuais com outros filósofos mais próximos de nós, a entrar nesse debate. A maneira pela qual se faz filosofia, e não somente o que se diz, também importa, e muito.

Por isso, mesmo correndo o risco de esquecer muitos nomes, eu gostaria de agradecer a diversos colegas e amigos que de fato discutiram comigo as ideias deste livro e, dessa maneira, me ajudaram a redigir os capítulos que o compõem: Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros, Antônio José da Silva, Breno Hax Jr., Cícero Romão Araújo, Danilo Marcondes de Souza Filho, Eduardo Barrio, Eduardo Fernandois, Efraín Lazos, Eleonora Cresto, Eleonora Orlando, Federico Penelas,

Francisco Naishtat, Glenda Satne, Guillermo Hurtado, Hélio Salles Gentil, Isabel Cabrera, João Vergílio Gallerani Cuter, Jose Diez, Luiz Antonio Alves Eva, Luiz Eduardo Hoyos, Luiz Fernando Barrère Martin, Luiz Paulo Rouanet, Marco Ruffino, Marcos Bulcão, Oscar Nudler, Oswaldo Chateaubriand, Oswaldo Porchat (*in memoriam*), Pablo Quintanilla, Paulo Faria, Paulo Jonas de Lima Piva, Pedro Stepanenko, Renato Lessa, Roberto Bolzani Filho, Roberto Horácio de Sá Pereira, Samuel Cabanchik, Silvia Faustino, Veronica Tozzi e Waldomiro José da Silva Filho. Também agradeço a todos os que participaram das atividades do GT Ceticismo e dos inúmeros Colóquios Latino-americanos de Filosofia que fizemos em vários países.

Agradeço, finalmente, ao CNPq, pela concessão de bolsas de Produtividade em Pesquisa ao longo dos anos em que esses artigos foram escritos, processos 307874/2003-6 e 300826/2006-0.

Os capítulos deste livro foram publicados originalmente nas seguintes coletâneas ou revistas:

1. Razão, invulnerabilidade e ceticismo. In: ROUANET, L. P. & SILVA FILHO, W. J. (Ed.). 2004. *Razão mínima*. São Paulo: Editora Unimarco, p. 171-200.
2. Verdade, ontologia, deflacionismo. In: HURTADO, G. & NUDLER, O. (Ed.). 2007. *El mobiliario del mundo: ensayos de ontología y metafísica*. México: IIF/UNAM, p. 165-91. (O capítulo 2 é uma tradução para este livro.)
3. Davidson, externismo e ceticismo. In: SILVA FILHO, W. J. & SMITH, P. J. (Ed.). 2005. *Significado, verdade, interpretação: Davidson e a filosofia*. São Paulo: Loyola, p. 127-54.

4. Hesitações filosóficas. In: SILVA FILHO, W. J. & SMITH, P. J. (Ed.). 2007. *Ensaio sobre o ceticismo*. São Paulo: Alameda Editorial, p. 107-26.
5. Conhecimento, justificação e verdade. *Dissertatio*, 2006, 23, p. 7-25.
6. Dúvidas e suspeitas sobre “Dúvidas e suspeitas”. *Diánoia*, 2005, 50, p. 141-59. (O capítulo 6 é uma tradução para este livro.)
7. Significado: referencia y reglas. In: CABANCHIK, S.; PENELAS, F. & TOZZI, V. (Ed.). 2005. *El giro pragmático en la filosofía*. Madrid: Gedisa editorial, p. 225-47. (O capítulo 7 é uma tradução revisada para este livro.)
8. Ceticismo dogmático e dogmatismo sem dogmas. *Integração* (USJT), ano XII, 2006, 45, p. 171-85.

Butantã, São Paulo, fevereiro de 2022

Introdução

Tenho a impressão de que os artigos que compõem este livro foram relegados ao esquecimento, talvez porque eu estava tateando alguns temas novos para mim, não os dominava bem e, apesar de todas as inseguranças, me expus, publicando-os. Ao relê-los agora, depois de tanto tempo, vários defeitos saltaram aos olhos. Estou bastante consciente de que alguns deles traem imprecisão nas ideias, ingenuidade nos argumentos, desconhecimento de autores indispensáveis ou, ainda pior, tratamento superficial do assunto. “Deveria existir alguma coerção das leis contra os escritores ineptos e inúteis, como há contra os vagabundos e desocupados. Não é brincadeira. A mania de escrever parece ser um sintoma de um século inundado” (Montaigne, E, III, 9, p. 946/240). Por que, então, resgatá-los desse talvez merecido esquecimento? Quais as razões para este livro?

Primeira, é preciso reconhecer que o mal já está instalado e que o produtivismo reinante em nossa época não ficará pior com a publicação deste livro: “se é indiscrição publicar assim os próprios erros, não há grande risco de que ela seja aceita como exemplo e hábito” (Montaigne, E, III, 5, p. 846/92). Aliás, se os filósofos publicassem somente suas reflexões pessoais, o número de publicações despencaria. “Tudo fervilha de comentários; de autores, há grande penúria” (Montaigne, E, III, 13, p. 1069/429). A publicação deste livro se justifica, ao menos em parte, por se tratar de um tipo de livro incomum entre nós.

É preciso reconhecer, de outro lado, que interpretações cuidadosas também exigem um grande esforço e, se fossem feitas com o rigor que os filósofos merecem, teríamos menos publicações. Num notável conto, “Pierre Menard, autor do

Quixote”, muito mencionado pelos filósofos, Jorge Luis Borges discute como se poderia, numa época posterior, reconstruir uma obra de época anterior. “O erro já turva a memória” (Borges, 1956, p. 35). Este é o desafio do intérprete: reproduzir exatamente o significado original. Não se trata de apenas atualizar a obra ou de compor outra similar; haveria como que o Dom Quixote, fora do tempo (Borges, 1956, p. 39). Esse é um desafio análogo ao do historiador da filosofia. Ao tentar superá-lo, o intérprete se defronta com um dilema: se é preciso comunicá-lo com outras palavras, parece que esse significado estará, em algum grau, comprometido; se repete as mesmas palavras, ele está simplesmente copiando o texto original. Menard tentou escapar desse dilema, optando pela segunda alternativa, ao repetir as mesmas palavras sem, no entanto, que fossem mera cópia. “Menard (talvez sem querer) enriqueceu por meio de uma técnica nova a arte detida e rudimentar da leitura: a técnica do anacronismo deliberado e das atribuições erradas” (Borges, 1956, p. 46). Nunca terminou o seu *Dom Quixote*. Não é despropositado pensar que o estruturalismo também supôs uma estrutura fora do tempo (histórico; qual outro há?), mas com outro método para apreendê-la.

Segunda, porque nem todos os artigos aqui reunidos me parecem igualmente defeituosos. Ao contrário, alguns revelam alguma solidez filosófica e até certo refinamento, justamente aqueles que talvez tenham tido menos visibilidade. Talvez fosse o caso de publicá-los de novo, para que tenham mais circulação. Ao menos esses eu gostaria de ver discutidos e criticados. Quanto àqueles que sempre me pareceram menos felizes e cujo acabamento é mais precário, talvez não sejam inteiramente desprovidos de interesse, de modo que algum leitor poderá achar que este ou aquele artigo com argumentação menos persuasiva ainda é suficientemente instigante para merecer uma leitura

atenta. Além disso, se, isoladamente, alguns parecem menos robustos, integrados ao conjunto talvez ganhem uma força inesperada, fazendo surgir uma visão filosófica unificada. Alguns artigos são, decerto, mais importantes para a construção dessa concepção filosófica, mas outros, ainda que mais modestos, também terão um papel a desempenhar na elaboração de um pensamento cético abrangente e coerente. De fato, relendo-os, tive a impressão de uma grande unidade não só na perspectiva da qual foram escritos, mas também no próprio estilo em que foram redigidos.

A filosofia é um osso duro de roer, algo muito difícil, que exige dedicação, esforço e concentração. É natural que, por vezes, baixemos a guarda. Mas não se pode esmorecer. Como disse o nosso maior poeta, João Cabral de Melo Neto:

Uma educação pela pedra: por lições;
para aprender da pedra, frequentá-la;
captar sua voz inenfática, impessoal
(pela de dicção ela começa as aulas) (Cabral, 1997, p. 7).

Publicar esses artigos na forma de um livro é uma maneira, para mim, de frequentar a filosofia, de tratar minha filosofia com distanciamento: antes de publicá-los, ao reler o que escrevi; após a publicação, ao ouvir o que outros dirão sobre o que escrevi. “É preciso ver o próprio vício e estudá-lo para relatá-lo. Aqueles que o escondem do outro comumente o escondem de si mesmo” (Montaigne, E, III, 5, p. 845/90). Não quero esconder meus erros dos outros, nem, portanto, de mim mesmo; só assim poderei eventualmente corrigi-los. Essa é a terceira razão para publicar este livro.

Muitas vezes, um texto pode ser mais útil pelos erros que contém do que por seus acertos. Uma quarta razão, parece-me, é propiciar uma espécie de alívio para o leitor. Quando

vejo um grande esportista, como o Roger Federer no tênis e o Stephen Curry no basquete, cometer um erro infantil, sempre penso: “Se até o Federer e o Curry às vezes erram assim, por que eu não posso errar também?”. Esse pensamento tem um efeito liberador, porque me permite fazer o que gosto, mesmo correndo o risco de cometer erros grosseiros. Montaigne formula essa ideia com precisão: “ninguém está livre de dizer tolices. O mal está em dizê-las com seriedade” (E, III, 1, p. 790/4). Em outras palavras, todo mundo está sujeito a dizer bobagens, inclusive os grandes filósofos, mas o problema reside na pretensão e arrogância ao dizê-las. Até a *Crítica da razão pura* poderia ser melhorada, como reconheceu o próprio Kant, ao publicar uma segunda edição (e continuar reformulando suas ideias até morrer). Por que não poderia eu, então, expor as minhas ideias, mesmo que se revelem erros e tolices? Arrisco-me a ocasionalmente acertar também. Sei que o que digo não vale grande coisa, mesmo quando acerto, mas nem por isso deixarei de dizê-las.

Se alguém tiver dúvida sobre as tolices que até os grandes filósofos dizem, basta ler o que escreveram sobre as mulheres. Darei o exemplo de um filósofo pelo qual tenho a mais profunda admiração, que está entre os que mais estudei e mais gosto de ler, David Hume, de modo que o leitor não pensará que minha intenção é subtrair algo de sua grandeza. Hume sustenta que a honestidade, a fidelidade e a verdade são elogiadas porque promovem o interesse da sociedade. Com base nisso, ele pretende explicar por que a maior ofensa contra uma mulher é quando ela não é casta: se não for fiel, torna-se vulgar, perde sua posição social e se expõe a insultos. “A menor falha é, aqui, suficiente para arruinar o seu caráter. Uma mulher tem tantas oportunidades de satisfazer secretamente esses apetites que nada pode nos dar segurança

exceto sua modéstia e reserva absolutas” (EPM 6.1.195, p. 238–9; IPM, p. 110). Esse raciocínio não se aplicaria ao homem, porque este, se porventura “se comporta com covardia em uma ocasião, uma conduta contrária recoloca-o em seu caráter” (EPM 6.1.195, p. 239; IPM, p. 110). Mas, uma vez que a mulher foi uma vez “dissoluta”, não há ação que possa “nos assegurar de que ela tomou decisões melhores e adquiriu o autocontrole para pô-las em execução” (EPM 6.1.195, p. 239; IPM, p. 110–1). (Montaigne tem comentários bem mais sensatos, divertidos e favoráveis à mulher no que diz respeito à castidade (E, III, 5, p. 865–72/120–30). Em particular, ele diz que “as mulheres não estão nada erradas quando rejeitam as regras de vida que são introduzidas no mundo, pois foram os homens que as fizeram sem elas” (E, III, 5, p. 854/103).

Outros tipos de erros poderiam ser mencionados aqui, como afirmações racistas, das quais Hume, para insistir no meu autor, não está isento. Veja-se a famosa nota em que Hume se revela um completo racista: “Estou inclinado a crer que os negros são naturalmente inferiores aos brancos” (2006, p. 213, nota 1). Pouco o leitor de sua argumentação, até porque ela pouco condiz com sua própria epistemologia, mas não há como atenuar, muito menos desculpar, suas lamentáveis palavras. Outros autores poderiam ser mencionados também, como Aristóteles, que defendeu a escravidão e o domínio do homem sobre a mulher. Não é o caso, porém, de multiplicar os exemplos. O leitor poderá ficar tranquilo que as tolices que descobrirá neste livro são de outro tipo, bem menos graves e de consequências praticamente irrelevantes. Como disse Hume, “falando genericamente, os erros da religião são perigosos; aqueles da filosofia, somente ridículos” (T 1.4.7.13). Ver os erros alheios, sobretudo de grandes filósofos, tira a importância excessiva que comumente um autor

atribui a seus textos. Emitir e sustentar a própria opinião torna-se mais leve.

Mas há outra razão ainda mais importante na publicação dos próprios erros. Sempre se poderá apontar um desses textos para ilustrar um mau argumento ou exhibir uma ideia a ser evitada. “A ousadia de errar é de certo modo compensada e refreada pela ousadia de confessá-lo” (Montaigne, E, III, 5, p. 845/90). Alguns textos são muito bons, não porque estejam certos no que dizem, mas porque oferecem um alvo claro e preciso e, assim, permitem defender as ideias corretas. Como disse Montaigne, “publicando e acusando minhas imperfeições, alguém aprenderá a temê-las” (E, III, 8, p. 922/204). E confessava: “eu me instruo melhor pelo contraexemplo do que pelo exemplo, pela fuga do que pela imitação” (E, III, 8, p. 922/205). O leitor poderá, por conta própria, suprir as deficiências que porventura encontrar aqui e ali. Como meus textos são, em geral, claros e eu não tento esconder meus erros numa argumentação confusa, nem minha superficialidade num jargão obscuro, não será difícil para o leitor atento e rigoroso identificar os erros, melhorar a argumentação e tornar as ideias mais profundas e sutis.

Adolfo Bioy Casares e Jorge Luis Borges (1992, p. 32-5), sob o pseudônimo H. Bustos Domecq, têm um conto primoroso sobre isso. Um poeta, Nierenstein Souza, quer escrever a obra absoluta. Então, ele narra para algumas pessoas uma história deliberadamente ruim e espera que, passando de geração em geração, essa história vá sendo corrigida e melhorada, até ficar perfeitamente lapidada. Ele “contava mal suas invenções, porque sabia que o Tempo as poliria, se valiam a pena, como já o havia feito com a *Odisseia* e *As mil e uma noites*” (1992, p. 35). Por isso, preferiu a tradição oral, “porque não ignorava que os anos acabariam por escrever tudo” (1992, p. 35). A ideia é que,

partindo de algo defeituoso, o trabalho coletivo e anônimo de gerações poderá finalmente produzir a obra perfeita. Eu não me lembrava onde está esse conto, mas meu amigo Samuel Cabanchik, bom filósofo e grande conhecedor da obra de Borges, me deu a referência correta. Retomando Cabral:

Um galo sozinho não tece uma manhã:

ele precisará sempre de outros galos

De um que apanhe esse grito que ele

e o lance a outro

[...]

para que a manhã, desde uma teia tênue,

se vá tecendo, entre todos os galos

[...]

A manhã, toldo de um tecido tão aéreo

que, tecido, se eleva por si: luz balão. (Cabral, 1997, p. 15)

Em suma, expor os próprios erros é não só desejável, mas também indispensável para se alcançar uma filosofia rigorosa, que só pode emergir como fazendo parte de uma produção coletiva e, nesse sentido, anônima.

Isso me leva a outra razão para publicar este livro, ainda mais importante para mim: vários desses textos são conversas com outros filósofos brasileiros e latino-americanos, e é raro que se possa travar um diálogo filosófico em português e em espanhol. “O exercício mais proveitoso e natural da nossa mente é, a meu ver, a conversação” (Montaigne, E, III, 8, p. 922/205). Meu amigo Paulo Faria sempre disse que Oswaldo Porchat nos legou uma filosofia (na verdade, mais de uma) e que devemos partir daí para levar a filosofia adiante e criar uma tradição nossa. Acho que alguns já deram os primeiros passos, ainda que tímidos, como Danilo Marcondes, Luiz Antonio Alves Eva, Renato Lessa, Roberto Bolzani, Roberto

Horácio de Sá Pereira e o próprio Paulo. “Nenhum prazer tem gosto para mim sem comunicação. Quando me vem à mente um pensamento vigoroso, aborrece-me tê-lo produzido sozinho e não ter a quem oferecê-lo” (Montaigne, E, III, 9, p. 986/303). Ao publicar novamente esses artigos, espero estimular a continuidade dessa tradição filosófica que se inicia entre nós, brasileiros.

Se há algo que me alegra na minha trajetória filosófica, é ter contribuído, ao menos um pouco, para a integração filosófica da América Latina. Num primeiro momento, a partir da segunda metade dos anos 1990, com a constituição de um grupo de filósofos, a princípio brasileiros e argentinos e, depois, mexicanos, chilenos, peruanos e colombianos; inclusive, alguns filósofos portugueses e espanhóis se integraram ao grupo. Dessa iniciativa, posso indicar ao menos cinco coletâneas importantes que são frutos desse diálogo latino-americano: Dutra & Smith, 2000; Hurtado, 2001; Pinheiro; Ruffino & Smith, 2001; Cabanchik, Penelas & Tozzi, 2003; Hoyos, 2007. No meu caso específico, Stepanenko (2001), Orlando (2007) e Silva Filho (2007), por exemplo, discutiram artigos meus sobre filosofia da mente (Smith, 2005). Recentemente, começamos a montar, no mesmo espírito, um grupo de estudiosos latino-americanos do ceticismo, infelizmente interrompido pela pandemia que nos assola. A revista *Sképsis*, fundada em 2007, testemunha essas colaborações; no caso do grupo mais recente, ver, em particular, o número 17, de 2018. Este livro, portanto, não existiria, nem teria o sentido que tem para mim, se não fosse esse fecundo e constante diálogo com todas essas pessoas.

O livro tem três partes principais. Na primeira parte, os dois primeiros capítulos se complementam para esboçar a posição filosófica mais geral que caracteriza o livro como um todo e, por isso, talvez sejam os mais importantes. Neles se explicita e se articula o aspecto metafísico (mas não dogmático) da minha visão cética do mundo. Mas também se podem apresentar esses capítulos como fazendo parte de uma investigação epistemológica. O primeiro capítulo trata da crença e o segundo, da verdade. Assim, se considerarmos a definição tripartida de conhecimento, segundo a qual o conhecimento é crença verdadeira justificada, esses capítulos iniciais lidam com as duas primeiras condições do conhecimento.

No primeiro capítulo, discuto a posição de Barry Stroud diante do ceticismo cartesiano. Começo definindo o que são argumentos transcendentais, que foram propostos por muitos filósofos como a mais promissora refutação do ceticismo, e apresento as razões para não se aceitar sua versão forte. Em seguida, exponho a solução que Stroud (1984, 2020) buscava desde o seu clássico *A significação do ceticismo filosófico*, chamada de argumento transcendental modesto, e investigo diversas críticas que lhe foram dirigidas. Se os críticos de Stroud julgaram que sua resposta ao ceticismo é insatisfatória, é porque eles não viram que Stroud não buscava uma resposta ao cético cartesiano; ele jamais subscreveu a essa concepção da filosofia; a seu ver, trata-se de obter alguma iluminação sobre a condição humana por meio de uma investigação dos próprios problemas filosóficos, não por meio de uma resposta a eles (Smith, 2020b, p. 379-85).

Na conclusão, defendo que o cético pode aceitar a realidade das coisas, de diversos tipos de coisas, sem que com isso afirme uma forma de realismo que privilegie algum tipo específico de coisa como o estofado da realidade. Ao contrário do

que comumente se supõe, nós, céticos, podemos ter crenças sobre o mundo, embora não vereditos (dogmas) que resultem de uma investigação cuidadosa sobre uma realidade independente, tal como os filósofos a entendem. Um dos significados desse capítulo é passar de uma concepção da filosofia, segundo a qual a tarefa da filosofia seria realizar uma revisão geral de todas as nossas crenças cotidianas, com a intenção de fundamentá-las, mas que nos levaria a uma forma de ceticismo, para outra concepção da filosofia, segundo a qual deveríamos examinar criticamente o próprio projeto filosófico de dar um fundamento para essas crenças cotidianas ou de responder ao ceticismo sobre elas. A posição de Stroud é perfeitamente compatível com essa segunda forma de ceticismo: o neopirronismo (Smith, 2014). A função desse primeiro capítulo, portanto, é afastar-me do ceticismo gerado por uma determinada concepção da filosofia (o ceticismo cartesiano ou global), para começar a esboçar o ceticismo neopirrônico, que tem uma atitude mais favorável às crenças cotidianas e uma desconfiança maior com relação às realizações e às promessas da filosofia dogmática.

Mas como poderia um cético neopirrônico ter crenças banais, se crer em alguma coisa é aceitar a verdade dessa coisa? Ou ele suspende o juízo sobre toda e qualquer proposição, ou ele admite que suas crenças são verdadeiras. Esse é o tema do segundo capítulo. Num primeiro momento, Porchat (2007, p. 134) tentou evitar esse aparente dilema ao propor uma noção de crença desvinculada da verdade: os céticos creem nos fenômenos, mas somente no sentido de dar um “assen-timento compulsório ao que aparece, ao reconhecimento do fenômeno”, não no sentido de “tomar uma proposição como verdadeira”. Seria possível, então, ao neopirrônico crer que p , sem crer que p é verdadeira. Essa foi também a solução pro-

posta por Frede (1998a, p. 16; 1998b, p. 133). No entanto, essa noção de crença é inaceitável, porque não se pode desvincular a crença da verdade. Posteriormente, no entanto, Porchat (2007, p. 173-217) mudou de opinião e passou a defender que as crenças do neopirrônico podem ser consideradas verdadeiras, sem incorrer em dogmatismo. Para isso, Porchat dissociou a noção de verdade, que temos na vida cotidiana, de sua interpretação dogmática, isto é, como correspondência a uma realidade absolutamente independente. Dessa forma, o neopirrônico pode aceitar crenças e até dizer que elas são verdadeiras, sem cair em dogmatismo, porque suas crenças são ditas verdadeiras em relação à realidade independente da vida cotidiana, não em relação a uma suposta realidade absolutamente independente (como visto no primeiro capítulo).

Eduardo Barrio, entretanto, tentou mostrar que o cético não poderia conceber a verdade como correspondência. Para Barrio, a única alternativa que restaria ao cético seria o deflacionismo. Se assim for, poderia parecer que o neopirrônico deveria se defrontar com aquele dilema: ou não ter crenças, ou tornar-se dogmático. A solução proposta por Porchat com sua doutrina neopirrônica da verdade não resolveria o dilema, já que uma correspondência, mesmo com a realidade independente da vida cotidiana, e não com uma realidade absolutamente independente, seria igualmente problemática. Mas, a meu ver, o argumento de Barrio não nos reconduz ao dilema, já que não somente o cético poderia ter crenças, como também poderia aceitar que são verdadeiras, pois, no fundo, dizer que uma frase é verdadeira seria somente afirmá-la (como tinha dito Stroud, 2000b, p. 18-9). Minha intenção é conciliar essas duas posições, minimizando suas diferenças, que parecem residir antes na forma de expressão do que na substância de fundo. De qualquer forma, o que pretendo ter

alcançado com esse capítulo é que o neopirrônico pode ter crenças verdadeiras.

Os capítulos 3 a 5 lidam com algumas das novas teorias epistemológicas, sobretudo com o externismo. Creio que não há grande equívoco em caracterizar essa segunda parte do livro como examinando a terceira condição para que se tenha conhecimento: a justificação. Dessa maneira, com o exame do externismo e da noção de justificação, a segunda parte encerra uma análise completa da definição tripartida de conhecimento. A justificação é importante na definição de conhecimento para evitar que uma crença seja verdadeira por acaso. Argumentou-se, no entanto, que a exigência de justificação, em vez de garantir a verdade de nossas crenças e, assim, o conhecimento, acaba por nos levar ao ceticismo, isto é, à negação do conhecimento. Viu-se no externismo uma estratégia promissora para refutar o ceticismo. Outra estratégia anticética que se popularizou foi o contextualismo. No entanto, muitos filósofos resistiram ao externismo e, mesmo entre os externistas, não houve acordo sobre qual a sua melhor versão. Ao examinar e problematizar o externismo e o contextualismo, minha intenção não é a de simplesmente retornar ao internismo. Esta, de fato, parece uma posição dogmática e intelectualista. Ao contrário, minha intenção é mostrar que essas novas epistemologias, que pretendem se afastar do projeto epistemológico tradicional, aceitam, mesmo que implicitamente, o veredito cético sobre o fracasso desse projeto: se bem entendidos, o externismo e o contextualismo não se opõem ao ceticismo, mas podem até ser considerados formas de ceticismo.

No capítulo 3, apresento, examino e critico a versão do externismo defendida por Donald Davidson. Davidson é um dos filósofos que mais promoveu a ideia de que o ceticismo é fruto

do internismo. Uma vez que se aceita o pressuposto do internismo, não há outra alternativa senão tornar-se cético; mas, rejeitando-se esse pressuposto e aderindo ao externismo, o ceticismo poderia ser evitado. A meu ver, os argumentos transcendentais de Davidson não estabelecem aquilo que ele espera que estabeleçam: que nossas crenças, em sua natureza (e em sua maioria), são verdadeiras. Nesse sentido, o capítulo 3 faz a transição entre a primeira e a segunda parte deste livro.

O capítulo seguinte é, talvez, o mais ensaístico, por assim dizer, e reflete uma preocupação que eu sempre tive (Smith 2005, p. 15-47): onde começa o filosofar? Qual o ponto de partida da reflexão filosófica? A filosofia deve começar pela dúvida cética? Ou ela começa com aquilo que é indubitável (o que se passa em nossas mentes)? O externismo rejeita tanto que a dúvida seja a etapa inicial do filosofar, quanto que devamos considerar nossas crenças separadas do mundo ao nosso redor. Deveríamos partir, em vez disso, do ser humano situado num mundo social e natural. Procuo argumentar que não há como estabelecer por argumentos um único ponto de partida para o filosofar, que talvez se deva suspender o juízo a respeito dessa questão. De qualquer forma, de onde mais partir senão de onde estamos?

O capítulo 5, o último dessa parte, trata do fracasso da epistemologia tradicional diante do ataque cético representado pelos Modos de Agripa e das novas epistemologias que pretendem ter êxito onde a tradição fracassou. Mas, como respostas ao desafio cético, essas novas epistemologias também fracassam. Meu diagnóstico, seguindo Stroud (1984, 2000a, 2020), Fogelin (1994) e Porchat (2007 p. 272), é que elas são, sem o saber, formas de ceticismo, seja porque aceitam o veredito cético sobre a epistemologia tradicional, seja porque tratam de outros problemas de uma maneira que o cético poderia aceitar.

Os três últimos capítulos, os quais compõem a parte final deste livro, dedicam-se a debater as ideias de diversos amigos: Roberto Bolzani Filho, Eleonora Orlando, Guillermo Hurtado e Efraín Lazos. De fato, no capítulo 2, eu já havia discutido as ideias de Porchat e de Barrio sobre a verdade, mas, dada a continuidade do assunto com o capítulo 1 e o fato de eu discutir também outros autores (como Rorty e Davidson), preferi incluí-lo na parte mais metafísica deste livro. Nessa última parte, os assuntos são mais variados: questões metodológicas, o significado da linguagem, o discurso filosófico.

O capítulo 6, que continua a discussão sobre temas epistemológicos da parte precedente, é resultado de um debate (em um colóquio) com um filósofo e amigo mexicano: Guillermo Hurtado, com quem aprendi muitas outras coisas também (em muitos outros colóquios). Hurtado, no artigo que discuto, revela algumas insatisfações com conceitos epistemológicos e propõe refiná-los, complementá-los, usando para isso a análise da linguagem ordinária. Eu mesmo sempre tive forte simpatia por essa maneira de filosofar e sempre tive prazer em ler os filósofos da linguagem ordinária. Mas, imbuído com o espírito combativo do ceticismo, pus-me a levantar problemas em sua proposta. Achei, de um lado, que suas modificações poderiam ser levadas mais longe e, de outro, que análises da linguagem ordinária não são suficientes para estabelecer teses filosóficas. É um ótimo ponto de partida, mas não basta para dirimir as questões filosóficas. Um dos interesses desse capítulo está, justamente, nesta questão metodológica: como usar o método da análise da linguagem ordinária e qual o seu alcance? Seu ponto principal, no entanto, parece ser o seguinte: nenhuma definição dos termos epistemológicos será inteiramente adequada, o que significa dizer que o termo “conhecimento” não admite ser analisado simplesmente como

crença verdadeira justificada. Esse é o resultado que a parte epistemológica do livro alcança.

No sétimo capítulo, deixo um pouco de lado os temas epistemológicos, adentrando outra seara, a da filosofia da linguagem. Surgiu com força nos anos 1980 uma forma aparentemente mais radical de ceticismo, o assim chamado ceticismo semântico ou ceticismo sobre o significado. De um lado, Robert J. Fogelin (1987) e Saul Kripke (1985) interpretaram as considerações de Wittgenstein sobre seguir regras como uma forma de ceticismo que questionava a significação do discurso; de outro, Willard v. O. Quine (1985) e Donald Davidson (2001), seguindo outra linha de raciocínio, acabaram por rejeitar a noção de significado, sugerindo dessa maneira que a linguagem era carente de significado. Rapidamente, os filósofos se puseram a atacar o ceticismo semântico. Debatendo com dois amigos, Eleonora Orlando e Efraín Lazos, exponho e avalio essas duas formas de ceticismo semântico. Minha conclusão é a de que a forma wittgensteiniana é mais sólida, mas a nenhum momento pretendo defender que a posição cética aboliria a significatividade da linguagem.

O último capítulo reconhece a força dos argumentos de Roberto Bolzani contra o ceticismo de Porchat. Por isso, vale a pena dedicar-se com minúcia aos seus textos. De um lado, haveria, para Bolzani, como que um dogmatismo sub-reptício na posição de Porchat e, de outro, ele se colocaria nas fileiras do dogmatismo. O curioso é que, ao alinhar-se ao dogmatismo, ele não defende nenhum dogma em particular. Daí o título paradoxal de “Ceticismo dogmático e dogmatismo sem dogmas”. Bolzani (2007a) respondeu a meu artigo com outro artigo, mas, infelizmente, em sua resposta, preferiu somente tornar sua posição mais precisa, sem avançar novas ideias; e, felizmente, ele escreveu dois artigos sobre um artigo meu

(Bolzani 2005a, 2007b) e, assim, creio que travamos um fecundo debate sobre as nossas respectivas posições filosóficas. Para mim, essa discussão foi importante para pensar a natureza do discurso filosófico, se é que esse discurso tem uma natureza.

Apesar dessa apresentação otimista do livro, não quero esconder do leitor que ele certamente encontrará passagens obscuras, problemáticas e até frustrantes. Se eu fosse consertar algumas partes, acabaria tendo de consertar muitas outras também e não terminaria nunca de revisá-lo ou terminaria por escrever outro livro, ainda que parecido. “Temo perder na mudança: meu entendimento não vai sempre adiante, ele também vai para trás. Não desconfio menos de minhas segundas ou terceiras fantasias do que das primeiras, nem menos das presentes do que das passadas” (Montaigne, E, III, 9, p. 964/267). Paciência. A única desculpa que tenho é que foi o melhor que pude fazer naquele momento e não sei se, corrigindo-o agora, ficaria melhor. “Nos meus próprios escritos, nem sempre reencontro o aspecto da minha primeira ideia: não sei o que eu quis dizer e com frequência queimo as pestanas para corrigir e atribuir um novo sentido, por ter perdido o primeiro, que valia mais” (Montaigne, E, II, 12, p. 566/350).

Tirando alguns detalhes aqui e ali, preferi deixar tudo como estava, preservando intacto os originais. “Aliás, não corrijo minhas primeiras ideias pelas segundas, exceto talvez alguma palavra, mas para diversificar, não para subtrair. Quero mostrar a evolução dos meus humores e que cada parte seja vista em seu estado original” (Montaigne, E, II, 8, p. 758/637). É melhor encerrar por aqui o Prefácio, publicar esta coletânea com artigos de reflexão pessoal e voltar a trabalhar nos textos que comporão a próxima coletânea, provavelmente a última. “Deixa, leitor, correr essa tentativa

de ensaio e esse terceiro prolongamento das demais partes da minha pintura. Eu acrescento, mas não corrijo. Primeiro, porque quem hipotecou ao mundo a sua obra, parece-me, não tem mais direito. Que diga melhor alhures, se puder, e não corrompa o trabalho que vendeu” (Montaigne, E, III, 9, p. 963-4/267).

ÍNDICE DE TERMOS

A

- Alternativas
 exaustivas e excludentes, 147, 163
 filosóficas, 281, 295
 plausíveis, 228, 248
 possíveis, 189, 227, 266
 relevantes, 186-7, 190-2
- Argumentos transcendentais, 23, 27,
 35, 52, 58, 122, 274-5
 estratégia forte, 35-6, 38-41
 estratégia modesta, 41, 47, 51
- Arrogância, 18, 300-1
- Atemporalização, 16, 289
- Autonomia, 274-5, 278-80, 282, 285-
 7, 289, 291, 301-2, 304

B

- Behaviorismo, 108, 158, 233-9, 241-
 2, 250-1

C

- Castidade, 19
- Certeza, 34, 69, 141, 197, 221, 225-7
- Ceticismo
 acadêmico, 227, 287
 neopirrônico/pirrônico, 24-6,
 71, 87, 91-7, 99, 101, 194,
 227-8, 271, 273, 294, 300-
 1
 semântico, 29, 229-267
- Cérebro num balde, 34-5, 118-9, 123,
 158, 160, 180, 188, 190,
 297
- Circularidade, 170, 175-6, 179, 184

- Comportamento, 44, 113, 121, 124,
 148, 184-5, 219-20, 226,
 232, 236-7, 240, 242-3,
 245, 250, 257-8, 263, 302

Condições

- de asserção, 191-2, 230-1, 251
- de atribuição de crença, 40, 42,
 44-7, 49-50, 55-8, 67,
 123, 126-7, 195
- de conhecimento, 23, 97, 167-9,
 207, 218
- de interpretação, 123, 126
- de possibilidade, 36, 274, 276,
 295
- de verdade, 74, 89-90, 101, 112,
 191-2, 230-1, 251, 253
- mínimas/necessárias, 288-90,
 292-5, 303-4
- Conflito, 100, 173, 176, 207, 269, 272-
 4, 276-7, 280-7, 295
- Contextualismo, 26, 177, 186, 190-4
- Correspondência, 25, 54, 63-4, 70-1,
 73-90, 93, 95-6, 100-3,
 144, 217, 230, 253
- Crença, 23-7, 29, 34, 36-59, 62-4,
 66-7, 69-70, 73, 77-8, 82,
 84-7, 100, 101, 109, 113,
 115-9, 122-34, 143-5, 151,
 156, 158, 165-71, 173-83,
 185-6, 188-90, 192-8,
 206-7, 209-10, 213, 215-6,
 218, 220, 226-8, 250, 301

D

Deflacionismo/deflacionista, 71-3,
76-7, 79-83, 87, 93, 99-
101, 111-4

Desacordo, 78, 173

Dogmático, 25, 29, 73, 78, 86, 88, 92,
112, 135, 142-5, 200, 228,
271, 273-7, 280, 282, 292-3,
295, 297-303

Dogmatismo, 25, 29, 63, 88, 91, 96,
99, 101, 104, 106, 163, 182,
202, 269-71, 273-4, 276,
280-1, 287, 290, 295, 299-
304

Dúvida, 197-228

cética, 27, 34, 36-8, 45, 59, 63, 69,
82, 115, 120-1, 128, 139-45,
147, 156-7, 159-61, 168,
176, 188, 190, 194, 197, 209
razoável/real, 189, 198, 219-21,
223-8

E

Epistemologia, 33, 120, 136, 197

naturalizada, 156-9

nova, 26-7, 137, 177-8, 185-6, 193-
6

tradicional, 116, 170-1, 184, 194-6,
201, 214-6, 219

Esquema conceitual, 37-8, 52-3, 175,
204-5

Estrutura

do aparecer, 95-6

da linguagem, 74, 102

do pensamento, 16, 53, 204-5

da realidade, 72, 74, 133, 173

Estruturalismo, 16, 279, 282-7

Exclusividade, 289, 292-3, 295-6, 298

Externismo/externista, 26-7, 116-7,
120-2, 129, 132, 134-7,
146-7, 149-56, 160-3,
177-86, 189, 193-4

G

Gênio maligno, 34, 145, 180, 297

H

Hipóteses céticas, 34, 41-2, 47, 55-8,
118, 144-5, 156-60, 188,
253-5, 258, 265-6

I

Idealismo/idealista, 37, 39-40, 60,
64, 82, 91, 93-9, 101, 105,
108, 122, 134-6, 193

Indispensabilidade, 51-2

Instauração, 279, 288

Internismo/internista, 26-7, , 115-
20, 129, 136, 146-52, 155-
7, 160-3, 181-3

Intérprete onisciente, 46, 126-8

Intuição, 76, 82, 88, 170, 173, 244-6,
248-9, 266

Invulnerabilidade, 37-8, 41, 43, 45-7,
51-2, 54, 63

J

Justificação, 26, 38, 70, 78-9, 88,
115-6, 143-5, 166-78, 181-
7, 189-91, 193-4, 196-7,
225, 230-1, 289, 291, 295,
297-8

L

Linguagem ordinária, 28, 78, 110,
198-209, 212-3, 216-9,
249, 255

Lógica interna, 276, 279, 284, 291,
293, 297

M

- Metafísica, 28, 46, 61, 63, 67, 96,
104-5, 144, 163, 200, 204-
5, 208, 217, 219
Método, 16, 28, 126, 198-205, 219-
20, 235, 249, 279, 282, 297

N

- Naturalismo, 156-8, 160
Necessidade, 39, 43, 53, 204, 217,
288-92, 294, 296-8, 303

O

- Ontologia, 69, 71-2, 100-5, 111-4

P

- Persuasão, 273, 280-1, 287, 289-90,
293, 297, 299
Perturbação, 300-1
Precipitação, 140, 300-1

R

- Racionalidade, 33, 35, 67-8, 83-4,
272-3, 276, 279, 290-1,
294, 297-8
Racista, 19
Razão interna, ver Lógica interna
Realidade, 23-5, 59, 61-3, 65-6, 68-
9, 72, 74, 77, 79-80, 82-4,
86-7, 91, 93-4, 97-106,
108-9, 111-2, 134, 173, 177,
199, 236, 277, 280
Realismo, 23, 60-1, 65, 69-70, 87, 91,
93-9, 104-8, 122-3, 135,
215-6, 230-1, 252, 269
Regressão ao infinito, 172, 174, 179,
184, 264
Relativismo, relativista, 85, 91-4, 96,
98-9, 101

S

- Sistema
de crenças, 124, 175
filosófico, 277-9, 283-4
jurídico, 221, 223

T

- Trilema de Agripa, 177, 184, 186

U

- Universalidade, 292-3, 297-8

V

- Verdade, 18, 23-9, 38-47, 50-56, 58-
60, 62-4, 67, 116-30, 134,
142-4, 161, 163, 165-82,
185-9, 191-4, 197, 201-3,
225-6, 228-31, 270, 272,
274-5
incomunicabilidade, 152-3, 155-7
definição, 69-114, 217-8, 237
formal, 280, 282-5
material, 283-4

ÍNDICE DE NOMES

A

Arcesilau, 287
Austin, J. L., 57-8, 60, 109-11, 198-
200, 202-3, 206, 219-20

B

Baker, G., 244
Barrio, E., 25, 28, 69-77, 87-8, 91,
99, 101-3, 107, 251-2, 254
Bioy Casares, A., 20
Bolzani Filho, R., 21, 28-30, 269-304
Borges, J. L., 16, 20
Brückner, A., 35, 40, 42, 55-8, 123,
135
Burnyeat, M., 33

C

Cabanchik, S., 21-2, 111
Cabral de Melo Neto, J., 17, 21
Cabrera, I., 36
Carnéades, 287
Cavell, S., 33, 203
Curry, S., 18

D

Davidson, D., 26-9, 33, 35, 40, 42,
45-6, 82-5, 115-37, 229,
231-2, 235-9, 241-2, 249,
257, 259, 261, 265
DeRose, K., 34, 48
Descartes, R., 33, 60, 117, 197, 201,
220, 225, 286

F

Federer, R., 18
Fogelin, R. J., 27, 29, 115, 194

G

García Suárez, A., 100
Genova, A. C., 127-8
Górgias, 151-5

H

Hacker, P. M. S., 234, 239, 243-4,
257, 264
Hookway, C., 51-3, 58, 63
Hume, D., 18-9, 33, 39, 106, 260,
286-7, 301
Hurtado, G., 22, 28, 197-201, 206,
208-14, 216-9, 221

K

Kant, I., 18, 37, 39-40, 59-60, 94,
122, 135, 274
Kaplan, M., 203
Kierkegaard, S., 139-40
Klein, P., 125
Kornblith, H., 182-3, 249
Kripke, S., 29, 33, 229-30, 232-4,
242-4, 246-7, 249-61,
263, 265-6

L

Lazos, E., 28-9, 244-52, 254-5, 266

M

McDowell, J., 33, 95-6, 247, 249,
251-2
McGinn, C., 244
McGinn, M., 203
Montaigne, M., 15, 17-22, 30-1, 33,
287

O

Orlando, E., 22, 28-9, 232-3, 236-41,
257, 260, 262, 266

P

Pirro, 228

Porchat, O., 21, 24-5, 27-9, 60, 65,
69-71, 73-77, 83, 88, 90-
9, 101-2, 104, 108, 120,
194, 266, 279, 294

Putnam, H., 33, 35, 94, 123, 132-3,
135, 249

Q

Quine, W. v. O., 29, 88, 112, 118-9,
229, 231-5, 238-9, 241-4,
249-50, 257, 259, 261

R

Rorty, R., 28, 77-8, 80-4, 93, 125

Ryle, G., 109, 198, 202

S

Searle, J. 232, 234-5, 241, 256, 259,
261, 263, 265

Sexto Empírico, 34, 73, 152, 228, 287,
298, 300

Silva Filho, W. J., 22

Smith, P. J., 22-4, 27, 96, 99, 122,
218, 273, 294

Stepanenko, P., 22

Stern, R., 41, 51, 53

Strawson, P. F., 33, 35, 37, 40, 53, 122,
135, 204-6

Stroud, B., 23-5, 27, 33-5, 39-43,
45-8, 50-66, 68, 85-7,
92, 99, 109, 122-3, 193-4,
203, 264

W

Warnock, G. J., 199

Williams, M., 203, 215

Wittgenstein, L., 29, 33, 65, 93, 122,
149, 175, 198, 218, 220-1,
225, 229-30, 233-4, 239,
242, 244-5, 249-51, 255-
7, 264-5

Wright, C., 33, 249



TÍTULOS DA COLEÇÃO DE EPISTEMOLOGIA E FILOSOFIA ANALÍTICA

A significação do ceticismo filosófico, de Barry Stroud. 2020.

A experiência do cético, de Plínio Junqueira Smith. 2020.

O Tractatus de Wittgenstein: uma introdução, de H. O. Mounce. 2021.

QUEM SOMOS?

A Associação Filosófica Scientiae Studia nasceu em 2004, fundada por um grupo de pesquisadores e estudantes movidos por questionamentos sobre os modos de conduzir e produzir ciência no mundo. Em mais de uma década de existência, consolidou-se editorialmente com 60 volumes do periódico latino-americano homônimo, mais de 15 títulos e algumas incursões no universo das artes gráficas e visuais. Entre os livros, artigos, resenhas e documentos científicos já publicados encontra-se a constante reflexão sobre a forma com que o conhecimento científico e as tecnologias devem ser utilizados, de modo a assegurar que os direitos, o bem-estar e as condições de participação democrática sejam fortalecidos e que a natureza e seus poderes regenerativos sejam respeitados e restaurados.

SAIBA MAIS EM www.scientiaestudia.org.br

ENTRE EM CONTATO PELO E-MAIL secretaria@scientiaestudia.org.br

COLEÇÃO EPISTEMOLOGIA E FILOSOFIA ANALÍTICA



Este livro foi editado e composto em fonte Filosofia, no segundo ano da pandemia do COVID-19. Impresso em papel pólen soft 80g/m² pela gráfica Eskenazi no verão de 2022.